

## Revista Brasileira de Direito Municipal – RBDM

### FUNDADOR

José Nilo de Castro (*in memoriam*)

### CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Salgado Marder  
Ana Carolina Wanderley Teixeira  
Deborah Fialho Ribeiro Glória  
Geórgia Teixeira Jezler Campello  
Luciôla Maria de Aquino Cabral  
Maren Guimarães Taborda  
Rúsvel Beltrame Rocha

© 2019 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

## FÓRUM

CONSEJO EDITORIAL

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737  
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

R454 Revista Brasileira de Direito Municipal : RBDM. –  
ano 5, n. 15, (jan./mar. 2005). – Belo  
Horizonte: Fórum, 2005-

Trimestral  
ISSN 1808-5628

Ano 1, n. 1, 1999 até ano 3, n. 6, 2002 -  
publicada pela Editora Del Rey.  
Ano 4, n. 7, 2003 até ano 5, n. 14, 2004, ISSN  
1516-5876 - publicada pela Editora Fórum sob o  
título Revista de Direito Municipal – RDM.  
A partir do ano 5, n. 15, jan./mar. 2005 a  
Revista de Direito Municipal – RDM passou a se  
chamar Revista Brasileira de Direito Municipal –  
RBDM com um novo ISSN – 1808-5628.

1. Direito municipal. I. Fórum.

CDD: 341.316  
CDU: 352

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o  
Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de  
responsabilidade exclusiva de seus autores.

Esta revista está catalogada em:

- RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
- Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Pesquisa jurídica: Ézio Lacerda Júnior – OAB/GO 37.488  
Darlan Amorim de Abreu – OAB/GO 47.432

Capa: Igor Jamur  
Projeto gráfico: Walter Santos

## Sumário

### DOCTRINA

#### ARTIGOS

Da obrigatoriedade do Estudo de Impacto de Vizinhança, da Lei Complementar Municipal de Macapá nº 029/2004 e da violação ao direito à informação <b>Fabio Carvalho Verzola</b> .....	9
1 Introdução.....	9
2 Sobre a obrigatoriedade do Estudo de Impacto de Vizinhança e da Lei Complementar do Município de Macapá nº 029/2004.....	10
3 Do EIV, da Lei Municipal de Macapá e da violação ao direito à informação.....	13
4 Conclusões.....	18
Referências.....	19

#### As dificuldades dos municípios na modalidade convite

<b>Adelamar da Silva Barbosa, Fernando Machado Souza</b> .....	21
Introdução.....	21
Desenvolvimento.....	22
1 Fases da licitação.....	29
2 Tipos de licitação.....	30
3 Modalidades de licitação.....	31
3.1 Concorrência.....	31
3.2 Tomada de preços.....	32
3.3 Concurso.....	32
3.4 Leilão.....	33
3.5 Pregão.....	34
3.6 Consulta.....	34
3.7 Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	35
3.8 Convite.....	35
Conclusão.....	37
Referências.....	38

#### Pacto federativo, distribuição de receitas entre os entes federativos

<b>Kelvin Gustavo Molonha</b> .....	41
1 Introdução.....	41
2 Uma revisão teórica a respeito do pacto federativo.....	43
2.1 Pacto federativo.....	43
2.2 Federação e sua origem.....	44
2.3 Confederação Americana.....	44
2.4 Modelo federativo brasileiro.....	46
2.5 Evolução federalista no Brasil.....	47
2.6 Tipos de federalismo.....	48

2.7	União .....	48
2.8	Estados-membros .....	49
2.9	Poder Executivo Estadual .....	49
2.10	Municípios .....	49
2.11	Pacto federativo e desigualdades .....	51
2.12	Pacto federativo e a necessária reforma .....	55
2.13	Alternativa de melhor distribuição de receitas .....	57
	Conclusão .....	58
	Referências .....	59

Os privilégios de que gozam as microempresas e empresas de pequeno porte no procedimento licitatório

<b>Leonardo Costa Silva, Gúido Pulice Boni</b> .....			61
1	Introdução .....		61
2	Perspectiva constitucional .....		62
2.1	Do tratamento privilegiado previsto na Constituição .....		63
2.2	Da igualdade (formal x material) .....		65
3	Microempresa e empresa de pequeno porte .....		66
3.1	Microempreendedor individual .....		67
3.2	Cooperativas equiparadas às ME e EPP .....		67
3.3	Do desenquadramento .....		68
4	Licitação .....		69
4.1	Objetivos e finalidade das licitações .....		70
5	Os privilégios de que gozam as ME e EPP na licitação .....		70
5.1	Regularidade fiscal e trabalhista tardias .....		70
5.2	Empate ficto .....		71
5.3	Licitação exclusiva .....		73
5.3.1	Da subcontratação .....		74
5.3.2	Da licitação com reserva de cotas .....		75
5.3.3	Da dispensa do tratamento diferenciado .....		76
6	Considerações finais .....		77
	Referências .....		78

Efeitos da Lei de Declaração de Liberdade Econômica nos municípios

<b>Leonardo Vieira de Souza</b> .....			81
1	Introdução .....		81
2	eSocial .....		82
3	Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) .....		83
4	Documentos públicos digitais .....		83
5	Dispensa dos atos públicos para liberação e licença .....		85
6	Abuso regulatório .....		94
7	Análise de Impacto Regulatório (AIR) .....		95
8	Demais considerações .....		95
	Referências .....		97

Da diferenciação entre taxa e tarifa e da possibilidade de reconhecimento administrativo do crédito tributário prescrito

<b>Lucas Rafael da Silva Delvechio, José Carlos Pacheco de Almeida, Rafael Antonio Shimada, Bruna Maria Martins</b> .....			99
	Introdução .....		99
1	Diferença entre taxa e tarifa .....		100

2	Do instituto da prescrição .....	104
2.1	Termo inicial de contagem do prazo prescricional .....	106
2.2	Reconhecimento administrativo de prescrição tributária .....	109
	Conclusão .....	111
	Referências .....	112

A ampliação da participação popular na formação das normas urbanísticas: a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre – 2007/2009

<b>Luiz Afonso de Melo Peres</b> .....			113
	Introdução .....		113
1	Democracia na Constituição Brasileira de 1988 .....		115
2	Direito à cidade .....		121
3	Gestão democrática da cidade .....		125
4	A participação popular como condição de validade das normas urbanísticas no Brasil .....		132
5	Estudo de caso: a experiência da ampliação da participação popular na revisão do PDDUA de Porto Alegre – 2009 .....		136
	Conclusão .....		139
	Referências .....		141
	ANEXO A – Resolução de Mesa nº 379, de 5 de novembro de 2007, da Câmara Municipal de Porto Alegre .....		144
	ANEXO B – Relação das entidades participantes do Fórum de Entidades constituído para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/07 – revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre .....		147
	ANEXO C – Índice das atas das reuniões do Fórum de Entidades constituído para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/07 – revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre .....		150

Corrupção urbanística

<b>Vanêsa Buzelato Prestes</b> .....			153
1	Corrupção urbanística .....		158

**JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**  
ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

**Supremo Tribunal Federal**

Direito Administrativo – Repercussão geral – Servidor público – Controvérsia de índole constitucional acerca do teto aplicável aos Procuradores Municipais – Subsídio de Desembargador de Tribunal de Justiça – Funções essenciais à Justiça. Recurso Extraordinário nº 663.696/MG .....

**Supremo Tribunal Federal**

Mandado de Injunção – Aposentadoria especial de servidor público – Atividade de risco – Definição – Guarda municipal – Inexistência de risco inerente à atividade – Responsabilidades constitucionais – Artigo 144, §8º, da CF/1988 – Proteção de bens, serviços e instalações dos municipais. Agravo Regimental no Mandado de Injunção nº 6.781/DF .....

**Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Direito Administrativo – Mandado de Segurança – Concurso público – Remuneração – Fixação em desconformidade com a lei – Competência municipal – Regime jurídico – Artigo 18 e 29 da CF/1988 – Técnico em Radiologia – Necessidade de observância das condições do exercício da profissional – Lei municipal em consonância com lei federal – Edital em desconformidade – Violação ao princípio da legalidade. Remessa Ex Officio nº 0002748-15.2018.4.02.5001...201

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás**

Consulta – Servidor público – Concessão de abono de permanência – Servidor portador de deficiência – Aposentadoria pelo regime especial constitucional – Impossibilidade, salvo ordem expressa judicial. Processo nº 16178/18 .....209

**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Câmara municipal – Redução de subsídios dos vereadores – Possibilidade – Observância da anterioridade estrita, razoabilidade e da proporcionalidade. Processo nº 969574 .....217

EMENTÁRIO .....221

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS .....241

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES .....243